FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
EXAME ESCRITO
DIREITO ADMINISTRATIVO II
Turma B
Época Normal – junho de 2025

Regente: Professor Doutor Vasco Pereira da Silva

Grelha de correção

Grupo I

Comente uma (apenas uma) das seguintes frases:

«(...) o princípio da proporcionalidade constitui um instrumento que permite ao juiz apreciar o valor dos motivos de facto do ato administrativo, com vista a determinar se justificam o seu conteúdo à luz da norma legal, designadamente, aferir se a medida é conforme ou adaptada à gravidade dos motivos ou se é excessiva, tanto intervindo no controlo do poder vinculado, quer no controlo do poder discricionário (...)»

[Acórdão do STA de 21 de fevereiro de 2024, proc. n.º 0368/21.5BESNT]

- Análise do princípio da proporcionalidade; conteúdo e fundamento normativo;
- Função do princípio da proporcionalidade no controlo do exercício do poder público; em concreto, no desempenho da função administrativa;
- Comentário à asserção segundo a qual o princípio da proporcionalidade tem projeção no controlo do poder vinculado e do poder discricionário.

«A falta de fundamentação acarreta, em termos gerais, a anulabilidade do ato, podendo, em situações especiais, implicar a sua nulidade, caso ofenda o conteúdo essencial de um direito fundamental, cf. artigo 161.º, n.º 2, al. d), do CPA, como sucederá quando se trate de ato administrativo que toque o núcleo da esfera normativa protegida pelos direitos, liberdades e garantias fundamentais e apenas quando a fundamentação possa ser considerada um meio insubstituível para assegurar uma proteção efetiva do direito liberdade e garantia (...)»

[Acórdão do TCA Sul, de 20 de setembro de 2024, proc. n.º 596/23.9BESNT]

- Análise do dever de fundamentação; conteúdo, modo de exercício e fundamento normativo;
- Análise da preterição do dever de fundamentação e suas consequências jurídicas;
- Comentário à discussão sobre o desvalor jurídico do incumprimento do dever de fundamentação, em especial, à asserção segundo a qual a nulidade depende da consideração da fundamentação como meio insubstituível para assegurar a proteção efetiva de direitos, liberdades e garantias.

Grupo II

- Análise da petição pública como iniciativa particular na abertura de procedimento administrativo;
- Análise da resposta do Presidente da CML em menos de dez dias úteis, sem abertura de procedimento administrativo tendente à prática de um acto administrativo;
- Discussão da consequência da não abertura de procedimento administrativo tendente à tomada de uma decisão sobre o pedido apresentado pelos moradores, incluindo a hipótese de nulidade [«preterição total do procedimento legalmente exigido» - artigo 161.º, n.º 2, alínea l)»].
- Análise do conteúdo da resposta do Presidente da CML, em especial, a distinção entre ato administrativo e operação material.
- Inclusão na nota jurídica de resposta aos argumentos do Presidente da CML: (i) operação material de instalação de equipamento coletivo tem de encontrar fundamento num título jurídico (*maxime*, um acto administrativo), antecedido de um procedimento administrativo; (ii) proprietários privados confinantes como interessados diretos e imediatamente identificáveis, nomeadamente, para o efeito do disposto no artigo 110.º, n.º 1, do CPA – notificação do início do procedimento; (iii) proprietários privados confinantes devem ser ouvidos em audiência prévia, nos termos do disposto no artigo 121.º do CPA;
- Inclusão na nota jurídica de análise dos pressupostos da responsabilidade civil da Administração pelos danos causados pela instalação do equipamento recreativo infantil, em especial, em sede de responsabilidade por facto lícito (artigo 2.º e 16.º da Lei n.º 67/2007).